



COMDERA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ARAUCÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas na Sala de Reuniões do Mercado Municipal, teve início a oitava reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araucária (COMDERA), com a presença dos conselheiros: Antonio Gembaroski, Gustavo Silvestrin, João Batista Marinho, Luiz Gustavo Botogoski, Eliane Balbinott, Orlando Leal, Teófilo Grodnick, Renata Kubaski, Léa Regina Lech Dzierka, Pedro Aloise Wojcik e Wilson Sebastião Schuert. Também presentes o Dr. Samuel Almeida da Silva (Secretário Municipal de Planejamento), Dr. Simon Gustavo Caldas de Quadros (Procurador Geral do Município), as servidoras da SMPL, Natália Mealha Cabrita e Fabiana Wutrich, Ana Caroline S. Mateus e Leonice Lara Lacerda da Secretaria de Meio Ambiente) e Tiago Aleixo, arquiteto da URBTEC. Gustavo Silvestrin, procedeu a leitura da ata da última reunião do COMDERA, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo em seguida o Senhor Luiz Gustavo Botogoski deu início a reunião agradecendo a presença de todos e fez a apresentação dos presentes. Botogoski comentou acerca de dois processos que foram encaminhados ao COMDERA pelo Conselho Municipal de Urbanismo sobre a solicitação de instalação de empresas na área rural, sendo que conforme a lei orgânica municipal isso somente está liberado para empresas ligadas ao setor de agroindústria. Um dos casos é o de uma fábrica de móveis na localidade de Campestre e o outro é de uma comunidade terapêutica destinada à recuperação de viciados em drogas ou álcool na localidade de Rio Verde Acima. Ressaltou Botogoski que para a produção de móveis há a necessidade de inclusive haver autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e que embora gere empregos, tem que se adequar às normas existentes. mudança na ampliação dos eixos da Rodovia do Xisto para área industrial. Também comentou sobre o estudo para transformar a atual Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAG) para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), para entre outras coisas e em parceria com as demais secretarias, sociedade civil, e poderes constituídos ajudar no seu desenvolvimento pleno e reorganizar a questão de ocupações na área rural do município, tudo isso aliado ao Plano Diretor. Dr. Samuel fez uso da palavra e

comentou sobre o ordenamento do uso do solo previsto no Plano Diretor, fundamentou o que pode e o que não pode nos setores industrial, misto e de serviços, consoante ao previsto em estatuto federal. Ressaltou ainda Dr. Samuel, que cada Município é responsável por desenvolver seu plano diretor, o qual deve ser atualizado no máximo a cada 10 (dez) anos e que o Plano Diretor de Araucária foi atualizado no ano de 2006 e deveria ter sido revisto já em 2016 e que o objetivo do atual governo municipal é atualizá-lo para cumprir a legislação e buscar o desenvolvimento da cidade. Frisou ainda Dr. Samuel Almeida da Silva que no perímetro urbano e industrial de Araucária os imóveis são muito caros e isso fez surgir uma procura muito grande de se empreender e até habitar na área rural. Lembrou ainda que atualmente está estabelecida uma faixa de 250 (duzentos e cinquenta) metros do eixo dos eixos das rodovias PR-423 e BR-476 para implantação de empreendimentos e que há uma discussão em curso no âmbito da Revisão do Plano Diretor para a ampliação para 500 (quinhentos) ou até 1.000 (mil) metros, mas que em se seguindo ao que hoje está na lei no que se refere aos pedidos em tela e que estão além da faixa de domínio, não há o que se discutir. Ressaltou também Dr. Samuel que até o final desse mandato as principais vias rurais serão pavimentadas, recebendo a estrutura para necessária para fomentar o desenvolvimento da zona rural do município e que se discute também na Revisão do Plano Diretor a possibilidade de se estabelecer uma faixa de domínio de até 250 (duzentos e cinquenta) metros ao longo dessas estradas vicinais pavimentadas em diversas localidades rurais. A arquiteta Fabiana Wutrich repassou que haverá Oficinas de Leitura Comunitária da Revisão do Plano Diretor para diagnósticos através dos dados coletados para posteriormente passar a proposta do que queremos, em função das demandas existentes na área rural e que trouxe os convites para os membros das comissões executiva e de produtores do COMDERA e ressaltou que o prazo de conclusão da revisão do Plano é fevereiro de 2019. O Procurador Geral do Município Dr. Simon Gustavo Caldas de Quadros apresentou-se e falou do conflito na transição jurídica no Município e que organizar a sociedade, ditar seus rumos é muito mais amplo do que simplesmente mexer na lei e que o objetivo da administração é colocar o município nos trilhos do desenvolvimento de novo, que nós temos muitos desafios e que o Município de Araucária é muito importante para o país, com o seu parque industrial e que no Plano Nacional para o sul do país na década de setenta acabou sendo Araucária a escolhida para receber uma refinaria da Petrobrás, o que impulsionou o desenvolvimento industrial que hoje temos. Ressaltou Dr. Simon que embora com a maior média salarial de renda do Paraná, em Araucária a pobreza predomina a despeito de sua pujança industrial e que hoje a comercialização de

pequenas áreas rurais prolifera muito graças ao abandono pelo governo municipal anterior. Salientou ainda Dr. Simon que um programa de estado trouxe para Araucária as colonizações polonesa, ucraniana, alemã e japonesa notadamente e que empresas que aqui se instalam, trazem pessoas de fora sobrando poucos empregos para os munícipes o que acaba gerando um problema de urbanização na área rural. Frisou que o prefeito tem um carinho muito grande pela área rural e que está administrando o município como se fosse um patrimônio dele. Falou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serve, entre outras coisas, para aconselhar os dirigentes municipais pois representa a preservação da cultura dos imigrantes, incrementação do turismo rural, desenvolvimento de aptidões, além de integrar programas de financiamento e fomento com demais órgãos estaduais e federais, investimento de projetos de agroindústria demanda essa que deverá ser discutida no âmbito do Plano Diretor. Dr. Simon sugeriu que a próxima reunião do COMDERA seja realizada no Salão Nobre do Paço Municipal. Silvestrin comentou que a estruturação do COMDERA foi dividida em Comissão Executiva, Comissão de Produtores Rurais e Câmaras Técnicas. A área rural do município segundo Silvestrin foi dividida em 5 (cinco) mesorregiões com 4 representantes de cada mesorregião, totalizando 20 (vinte) integrantes. Ressaltou ainda, a exemplo para a área de segurança pública, que foram realizadas 2 reuniões da Câmara Técnica em conjunto com a Guarda Municipal, Polícia Militar e polícia Civil o que culminou com a realização de reuniões sobre segurança pública em 9 localidades da área rural, com a participação da Guarda Municipal e da Polícia Militar, e que por exemplo na localidade de Tietê a reunião teve a participação de 135 (cento e trinta e cinco) pessoas. Dr. Samuel comentou acerca da importância do congelamento dessa questão da urbanização irregular na área rural. Fabiana arquiteta e membro da Revisão do Plano Diretor comentou que gostaria de ouvir a opinião dos membros, inclusive produtores rurais sobre a questão de empreendimentos na área rural e algumas outras situações irregulares, para levar para a equipe encarregada da elaboração do novo plano diretor. O conselheiro Antonio Gembaroski, comentou que conforme comentado na última reunião roubaram todo o gado da propriedade cujo dono deixava os animais soltos na região de Roça Velha. Comentou que foi com o Marinho até um Encontro na Emater em Curitiba e salientou que todos os produtores rurais e associações deverão ser cadastrados e serão fiscalizados por órgãos governamentais quanto a sanidade e rótulo dos produtos. Botogoski disse que esse tema será um trabalho conjunto do SEBRAE e da Secretaria de Abastecimento de Curitiba, na questão da cadeia da produção do morango, Renata Kubaski comentou que a partir do momento que for implantada essa expansão da faixa de domínio, existe a possibilidade de retorno

em impostos como contrapartida e isso investido na manutenção de escolas ou meio ambiente. Botogoski deu um exemplo de no caso de estar ampliando de 250 metros para 500 metros a faixa para área industrial, isso irá incidir em impostos arrecadados ara os cofres municipais. O conselheiro Wilson Schuertz comentou que a região do Tietê, está se tornando um Tupy II, e que a Constituição Federal fala para se tornar em região urbana, e que haveria a necessidade de infraestrutura, tipo escola por exemplo e que estamos numa zona de conforto e então nesse sentido o que se poderia fazer, pois de repente estaríamos discutindo coisas que não irão se concretizar, levando em consideração o relevo do terreno, o próprio valor venal leva também a isso e devido á questão ambiental o agricultor não consegue fazer nada, e o chacreiro consegue bem mais fácil pois o coitado do agricultor se cortar uma árvore o Meio Ambiente vai lá e multa. Está na hora de rever o plano diretor pois tem coisas que terão que ser alteradas, como por exemplo ter uma fiscalização mais rígida na urbanização da área rural e questão do esgoto, fiscalização para construção de casas junto ao CREA, pois com esse cenário o agricultor que é penalizado. Ressaltou a necessidade de fazer um trabalho conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente por exemplo para construção de fossas sépticas. A Dr^a. Renata comentou que deveria ser feito um levantamento nessas áreas de possível aproveitamento industrial ou serviços, pois por exemplo tem áreas de produtor de produtos orgânicos e que se uma empresa se instalar no local o produtor não poderá mais plantar. Botogoski comentou em coletar esses dados em conjunto com a EMATER. Botogoski voltou a comentar que deverá ser ampliado para 500 metros e podendo ainda estender-se para até mais de 500 metros do eixo das rodovias que cortam o município, levando é claro em consideração a questão ambiental e pontuou também que se o produtor tiver a oportunidade de vender sua área, a qual estará muito mais valorizada, o produtor poderá adquirir uma bem maior em outra localidade com menor valor de mercado. Silvestrin comentou que em aprovada essa expansão e se transformando em área industrial ou de serviços isso com certeza acabará incidindo em impostos arrecadados aos cofres públicos. Pedro Aloise Wojcik comentou que recentemente foi instalada luz na área rural num terreno comercializado irregularmente. Botogoski comentou que tem que evitar esse tipo de acontecimento e inclusive se prontificou a levantar o ocorrido. Silvestrin comentou que tem dois casos para o COMDERA discutir e votar. O primeiro caso no Campestre, de uma empresa que faz montagem de móveis e o segundo no Rio Verde Acima de uma Comunidade Teraupêutica. Nenhuma dela está nem no eixo da PR- 423 e nem da BR-476, sendo que o terreno do Campestre é de herança familiar de um dos proprietários e conseguiu a licença ambiental para operar ali.

Botogoski disse que essa empresa de móveis não é poluidora e que não temos a legislação pertinente acerca dessa matéria, a exemplo de que no Rio Verde Abaixo uma empresa de Biogás está se instalando no local e que entende que para esses dois tipos de empreendimento em tela não teria problema, o que acabou sendo aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho, passando posteriormente pelo crivo da revisão da legislação do Plano Diretor. Schuertz comentou que se está de acordo com a legislação ambiental quem somos nós para discutirmos, pois geram imposto, uma cadeia de impostos. Marinho comentou que o produtor Marcio Bora pediu o desligamento da DAP e que a Emater local está providenciando o cancelamento. Também se desliga Donizete Buch por avaliação incorreta no momento da elaboração da DAP. Silvestrin comentou que semana passada foi realizado um treinamento de adequação e readequação para a melhoria das estradas rurais municipais, haja vista que temos equipamentos, materiais e operadores, buscando com isso melhorar o fluxo do transporte coletivo rural e escolar, o escoamento da produção, bem como a proximidade com a metrópole para o desenvolvimento do turismo rural. Lemou que no dia 28 de setembro encerrará o prazo para o pagamento do imposto territorial rural (ITR). Lea Dzierwa comentou que está desenvolvendo um projeto de preservação e recuperação do solo e pediu para a Comissão do COMDERA para indicar uma propriedade para desenvolver o projeto. Marinho comentou que irá desenvolver um projeto no Camundá na propriedade do Sr. Ivo Gurski, mas para plantação de hortaliças. Por último fez uso da palavra o Sr. Antonio Gembaroski que sugeriu nominar e numerar as ruas (estradas) das localidades rurais do município. Nada mais havendo a tratar Botogoski deu por encerrada a reunião às 11:45 horas. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Executiva.

Luiz Gustavo Botogoski
Presidente

Gustavo Silvestrin
Vice Presidente

Eliane Balbinott
Secretária